



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

PD.SAF.05.2012

Infractor: atleta [REDACTED]

ACÓRDÃO

Acordam os membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem

1. Relatório

Em 27 de agosto de 2012, a Autoridade Antidopagem de Portugal remeteu à Federação Portuguesa de Canoagem o ofício nº 3964/ESPAD2012, através do qual deu conta de um conjunto de incumprimentos no âmbito do denominado "sistema de locação" levados a cabo pelo atleta [REDACTED]

Por despacho de 14 de setembro de 2012 lavrado no rosto do ofício de folhas 2 dos presentes autos foi determinado pelo Exmo. Presidente do Conselho de Disciplina a instauração do competente processo disciplinar, nomeando como instrutor o Exmo. Sr. Dr. Sérgio Agostinho Ferreira.

Em 4 de Outubro de 2012, o atleta [REDACTED] foi notificado nos termos e para os efeitos do disposto no 7.2 do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem por carta registada com aviso de recepção, recebida por terceira [REDACTED]

Elaborada a nota de culpa, foi a mesma notificada ao atleta [REDACTED] por carta registada com aviso de recepção – artigo 7.3.4 do RDFPC –, assinada em 15 de outubro de 2012 por terceira pessoa [REDACTED] cf. folhas 66.

O atleta [REDACTED] apresentou tempestiva defesa escrita na qual sustentou, em suma, que

- a) nunca recebeu as notificações da ADoP;
- b) nunca pretendeu violar quaisquer obrigações legais;
- c) encontra-se a estudar em Coimbra;
- d) foi-lhe recentemente diagnosticada uma complicação do foro cardíaco, o que o impede de praticar a modalidade de canoagem;



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

ol

e) não teve conhecimento das notificações da ADoP, estando convencido que, por motivos de saúde, não poderia estar incluído no grupo alvo;

Decorrido o prazo legal o Exmo. Sr. Instrutor Dr. Sérgio Agostinho Ferreira elaborou proposta de decisão na qual, após enunciação dos factos provados e respectiva integração no direito, conclui pela aplicação da pena única de 1 (um) ano de suspensão de toda a actividade desportiva.

*

2. Matéria de facto provada

1. O Infractor é portador da licença federativa n.º [REDACTED]
2. E pertence, actualmente, aos quadros do Clube [REDACTED], com sede na [REDACTED]
3. No dia 12 de setembro de 2011 a ADoP enviou ao Infractor o Ofício n.º 5176/ESPAD/2011, através do qual comunicou a este a sua inclusão no grupo alvo de praticantes desportivos a submeter a controlos de dopagem fora da competição.
4. Nessa comunicação ADoP informou ainda que o Infractor deveria enviar àquela entidade o seu formulário de localização e a respectiva declaração de autorização, ambos referentes ao quarto trimestre de 2011, devidamente preenchidos, até às 24 horas do dia 30 de setembro de 2011.
5. E que teria enviar à ADoP, trimestralmente, informação actualizada e precisa sobre a sua localização.
6. O ofício n.º 5176/ESPAD/2011 foi entregue na morada do Infractor no dia 14 de setembro de 2011.
7. No dia 30 de setembro de 2011 o Infractor omitiu o envio à ADoP do formulário de localização e a respectiva declaração de autorização devidamente preenchidos.
8. No dia 10 de outubro de 2011 a ADoP enviou ao Infractor o ofício n.º 5476/ESPAD/2011, no qual informava o Infractor de que este se encontrava em situação de eventual incumprimento por ter omitido o envio, dentro do prazo legal, do seu formulário de localização e da respectiva declaração de autorização.



al

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

9. Mais informou a ADoP de que o Infractor dispunha do prazo de 10 dias para enviar àquela entidade toda a informação que reputasse pertinente para efeitos de averiguação do incumprimento.
10. O ofício nº 5476/ESPAD/2011 foi recebido pelo Infractor em 11 de outubro de 2011.
11. O Infractor não enviou à ADoP qualquer informação no prazo que lhe foi fixado.
12. No dia 28 de outubro de 2011 a ADoP enviou ao Infractor o ofício nº 5669/ESPAD/2011, através do qual o informou de que a omissão de envio do formulário de localização e da declaração de autorização havia sido classificada como incumprimento.
13. O referido ofício foi entregue na morada do Infractor no dia 2 de novembro de 2011.
14. O Infractor não enviou à ADoP, no prazo legal – até 31 de dezembro de 2011 – o formulário de localização referente ao 1.º trimestre de 2012.
15. Daí que, no dia 12 de janeiro de 2012 a ADoP tenha enviado ao Infractor o ofício nº 63/ESPAD/2012, dando-lhe conhecimento de que se encontrava em situação de eventual incumprimento, e de que dispunha do prazo de dez dias para enviar à ADoP a informação que julgasse pertinente para a averiguação do incumprimento.
16. O ofício nº 63/ESPAD/2012 foi recebido pelo Infractor em 13 de janeiro de 2012.
17. O Infractor não enviou à ADoP qualquer informação relativa à situação de incumprimento.
18. A ADoP considerou verificada mais uma situação de incumprimento pelo Infractor, do que lhe deu conhecimento pelo ofício nº 378/ESPAD/2012, expedido em 2 de fevereiro de 2012 e recepcionado na morada do Infractor em 3 de fevereiro de 2012.
19. Em tal ofício a ADoP alertou o Infractor para o facto de constarem do respectivo registo pessoal duas situações de incumprimento num período inferior a 18 meses consecutivos e para a necessidade de aquele enviar, dentro dos prazos legais e através dos diversos meios colocados ao dispor, toda a informação solicitada no âmbito do denominado “sistema de localização”.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

al

20. Entretanto, o Infractor incumpriu a obrigação de enviar à ADoP, no prazo legal – i.e. até 31 de março de 2012 –, o relatório de localização relativa ao 2.º trimestre de 2012.
21. No dia 27 de abril de 2012, através do ofício nº 2437/ESPAD/2012, a ADoP comunicou ao Infractor que este dispunha do prazo de dez dias para enviar àquela entidade, sob a égide do disposto no artigo 10.º, número 3, da Portaria 1123/2009, de 1 de outubro, a informação que julgasse pertinente para efeitos de verificação da situação de incumprimento.
22. O identificado ofício foi recebido na morada do Infractor no dia 30 de abril de 2012.
23. Mais uma vez o Infractor não enviou à ADoP qualquer informação.
24. Daí que, a ADoP tenha considerado verificada mais uma situação de incumprimento, do que informou o Infractor por ofício nº 2789/ESPAD/2012, enviado em 24 de maio de 2012 e recebido na morada do Infractor em 25 de maio de 2012.
25. O Infractor viria, contudo, a omitir, mais uma vez, a obrigação de enviar à ADoP o relatório de localização, desta feita referente ao terceiro trimestre de 2012.
26. A ADoP enviou ao Infractor, no dia 26 de julho de 2012, o ofício n.º 3696/ESPAD/2012 através do qual lhe comunicou que dispunha do prazo de dez dias para enviar a informação que considerasse pertinente ao apuramento da situação e incumprimento.
27. O ofício n.º 3696/ESPAD/2012 foi recebido na morada do Infractor no dia 27 de julho de 2012.
28. O Infractor não enviou à ADoP qualquer informação ou justificação para ter omitido o envio do relatório de localização no prazo legal.
29. A ADoP veio a considerar verificada mais uma situação de incumprimento, desta feita relativa ao terceiro trimestre de 2012.
30. Do que notificou o Infractor por ofício nº 3929/ESPAD/2012 enviado ao Infractor em 21 de agosto de 2012 e por este recebido a 22 de agosto de 2012.
31. Actuando como actuou, o Infractor omitiu o envio à ADoP, nos prazos legais, dos relatórios de localização referentes ao quarto trimestre de 2011, ao primeiro, segundo e terceiro trimestre do ano de 2012.



bl

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

32. No dia 29 de setembro de 2011 o Infractor realizou exame médico no Instituto do Desporto de Portugal, I.P. no qual foi considerado em situação de inaptidão para a prática desportiva em virtude de problema cardiológico, com necessidade de reavaliação no prazo de seis meses.
33. Em 6 de dezembro de 2011 a Federação Portuguesa de Canoagem informou o Clube [REDACTED] de que o Infractor havia sido considerado inapto para a prática desportiva.
34. O Infractor agiu de forma livre, consciente e voluntária, bem sabendo que a sua conduta era proibida pelos Regulamentos Antidopagem da FPC, pela ADoP e pelo Código Mundial Antidopagem (CMA).
35. O Infractor foi notificado da instauração do presente procedimento disciplinar em 4 de outubro de 2012.
36. Todas as notificações acima referidas foram enviadas pela ADoP para a morada que o Infractor forneceu à Federação Portuguesa de Canoagem

*

3. Fundamentação

Emana dos elementos documentais enviados pela ADoP e que constam de folhas 3 a 47 a realidade factual que consta do ponto 2.. Os documentos constantes dos autos evidenciam que a ADoP enviou ao Infractor a notificação da sua inclusão no grupo de praticantes a ser alvo de controlos antidoping fora de competição – o denominado “sistema de localização” –, e, mais tarde, as notificações para que o Infractor se pronunciasse, no prazo de dez dias, sobre as sucessivas situações de incumprimento, e as [notificações] de verificação concreta daquelas situações de incumprimento.

Todas as notificações foram enviadas para a morada fornecida pelo Infractor à Federação Portuguesa de Canoagem. Dos autos não consta que o Infractor alguma vez haja informado a Federação Portuguesa de Canoagem da alteração da sua morada de residência.

A isto acresce que a notificação de inclusão do Infractor no “Sistema de Localização” foi recebida na morada do Infractor pela mesma terceira pessoa [REDACTED] que viria a receber a comunicação de instauração do presente processo disciplinar e a nota de culpa



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

enviadas pela Federação Portuguesa de Canoagem em 3 de outubro de 2012 e 2 de dezembro de 2012, respectivamente. E destas o Infractor teve, necessariamente, conhecimento, tanto assim que apresentou, tempestivamente, a sua resposta à nota de culpa.

A situação de doença do Infractor encontra-se demonstrada nos autos por atestado médico e ainda por relatório de exame médico efectuado no Instituto Português do Desporto em 29 de setembro de 2011.

4. Aplicação do Direito

Antes de mais, devemos realçar que os factos descritos na nota de culpa, e dados como provados, revestem séria gravidade. Como é consabido, o combate ao fenómeno do *doping* é um combate transversal a todos os intervenientes desportivos, cabendo em especial a todos os praticantes, dentro e fora da competição, velar pela primazia da verdade e da ética desportiva face a comportamentos – ou omissões, como sucedeu *in casu* – mais ou menos desviantes. Não sendo despidendo trazermos à colação um Acórdão do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias de 30 de Setembro de 2004, Processo n.º T-313/02, em que no seu ponto 44 sustenta que: *“(…) há que salientar que, sendo certo que o desporto de alto nível se tornou, em larga medida, uma actividade económica, também é verdade que a luta antidopagem não prossegue qualquer objectivo económico. Com efeito, a luta antidopagem destina-se a preservar, em primeiro lugar, o espírito desportivo (o fair play), sem o qual o desporto, amador ou profissional, deixa de ser desporto. Este objectivo, puramente social, justifica só por si a luta antidopagem. Em segundo lugar e na medida em que os produtos dopantes não são desprovidos de efeitos fisiológicos negativos, esta luta destina-se a preservar a saúde dos atletas”*.

Já o Professor de Coimbra, João Leal Amado, no seu “Vinculação versus Liberdade – O processo de constituição e extinção da relação laboral do praticante desportivo”, Coimbra Editora, 2002, sustenta que: *“(…) proscree-se o doping, em suma, porque este faz mal aos desportistas (o que já de si é grave) e ao próprio desporto (o que é gravíssimo). Na verdade, qualquer observador minimamente atento da realidade desportiva sabe que o principal móbil do combate à dopagem é este último, não aquele – não falta aliás quem considere, a nosso ver com inteira razão, que a prática desportiva profissional, de alta competição, é em si mesma atentatória da saúde e da integridade física dos atletas...”*.

Retomando o processo disciplinar *sub judice*, não estando nós na presença de um controlo antidopagem positivo mas, ainda assim, não deixa a omissão de suscitar a maior



22

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

censura e merecer, por esse facto, o adequado tratamento disciplinar. De mais a mais, ao longo de todo este período temporal que mediou a notificação ao Infractor de que se encontrava incluído no grupo alvo de praticantes desportivos a submeter a controlos de dopagem fora da competição até à remessa do processo para a Federação Portuguesa de Canoagem, nunca este demonstrou vontade em colaborar com as instâncias desportivas no combate ao fenómeno do *doping*.

O eventual desconhecimento da Lei não pode aproveitar a ninguém e em particular ao Infractor, sob pena de se subverter, irremediavelmente, a *ratio legis* das normas antidopagem e, acima de tudo, postergar-se o princípio da ética desportiva, o espírito desportivo e da verdade desportiva (*cfr. artigo 2.º do Regulamento Antidopagem da Federação Portuguesa de Canoagem*).

De seguida, e passando à integração normativa dos factos, convém desde já salientarmos que ocorreu uma sucessão de leis no tempo, sendo aprovada a Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, publicada no Diário da República, 1.ª Série – N.º 166 – de 28 de Agosto de 2012, que revogou a Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho. A questão que nos é colocada prende-se, exclusivamente, em aferir qual dos normativos legais aplicar ao caso concreto, se a lei nova se a lei antiga, sabendo nós de antemão que os factos típicos e ilícitos foram-no praticados na vigência da lei antiga. Como é comumente aceite pela doutrina mais autorizada entre nós, o problema da sucessão de leis no tempo, colocado pela entrada em vigor da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, tem de ser resolvido, em primeiro lugar, através das normas de direito transitório especial (*normas da lei nova que disciplinem a sua aplicação no tempo*), depois pelas normas de direito transitório sectorial (*normas que regulam a aplicação no tempo das leis sobre certa matéria*) e, finalmente, pelas normas de direito transitório geral (*que definem o modo de aplicação no tempo da generalidade das leis*), como é o caso da norma ínsita no artigo 12.º do Código Civil. Inexistindo qualquer cláusula na lei nova consagradora de um regime transitório, dúvidas não restam de que “A lei só dispõe para o futuro; ainda que lhe seja atribuída eficácia retroactiva, presume-se que ficam ressaltados os efeitos já produzidos pelos factos que a lei se destina a regular”. Aplicando-se deste modo a lei nova apenas aos casos originados após a sua entrada em vigor, sendo que, à *contrario sensu*, aplicar-se-á ao caso vertente o regime jurídico constante na vetusta Lei 27/2009, de 19 de Junho.

O Infractor, agindo da forma que agiu, omitindo ou negligenciando as (válidas) indicações recebidas da ADoP, violou assim o preceituado artigo no artigo 7.º n.º 1; 3.º n.º 2



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

fe

alínea f) e 54.º n.º 1, todos da Lei 27/2009, de 19 de Junho e nos artigos 9.º n.º 5; 24.º e 28.º n.º a alínea a) *ex vi* artigo 28.º n.º 3, estes do Regulamento Antidopagem da FPC.

Seguidamente importa enquadrar os factos assentes ao direito aplicável.

Efectivamente a Lei 27/2009, de 19 de Junho prevê no artigo 7.º que: *“Os praticantes desportivos que tenham sido identificados pela ADoP para inclusão num grupo alvo para efeitos de serem submetidos a controlos fora da competição são obrigados a fornecer informação precisa e actualizada sobre a sua localização durante os três meses seguintes a essa informação, nomeadamente a que se refere às datas e locais em que efectuem treinos ou provas não integradas em competições”*.

Já a Portaria 1123/2009, de 1 de outubro – diploma que veio regulamentar a referida Lei/2009 –, no /seu artigo 4.º, número 2, prescreve que, para efeitos de inclusão dos praticantes desportivos no grupo alvo a submeter a controlos fora de competição, estão as federações desportivas obrigadas a informar a ADoP, entre o mais, *“se um praticante desportivo integrado no grupo alvo se retirou da prática desportiva”* [alínea b)].

Ora, é verdade que o Infractor foi, em 29 de setembro de 2011, considerado inapto para a prática desportiva, situação que careceria de ser reavaliada no prazo de seis meses. Contudo, à data da verificação de tal inaptidão, o Infractor já havia sido incluído notificado da sua inclusão no “Sistema de localização”. E, nos termos do disposto nos artigos 5.º da Portaria n.º 1123/2009, de 1 de Outubro, e 9.º, número 5, do Regulamento Antidopagem da FPC, “os praticantes desportivos permanecem integrados no grupo alvo até serem notificados em contrário pela ADoP”.

Porque não foi notificado em contrário pela ADoP, o Infractor permaneceu incluído no grupo alvo durante todo o período em que se verificaram os incumprimentos.

Desconhecem os presentes autos se tal informação foi prestada à ADoP.

Acrescenta-se, porém, que as situações de incumprimento ao “Sistema de localização” verificadas ocorreram, duas delas (as duas primeiras), durante o período durante o qual o Infractor esteve comprovadamente inapto para a prática desportiva, e as outras duas (as restantes), já decorrido aquele período.

O artigo 3.º, número 2, alínea f), da Lei 27/2009, de 19 de Junho refere que: “Constitui violação das normas antidopagem por parte dos praticantes desportivos ou do seu pessoal de apoio, consoante o caso: A ausência do envio dentro do prazo estabelecido, ou o envio de informação incorrecta, nos termos do disposto no artigo 7.º, por três vezes por parte do



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

praticante desportivo no espaço de dezoito meses consecutivos, sem justificação válida, após ter sido devidamente notificado pela ADoP em relação a cada um das faltas”.

O artigo 54.º n.º 1 do mesmo diploma legal (cuja redacção é em tudo semelhante ao disposto no artigo 24.º do Regulamento Antidopagem da FPC) refere que “Constitui ilícito disciplinar a violação do disposto nas alíneas a) a i) do n.º 2 do artigo 3.º, bem como a violação do n.º 3 da mesma disposição legal”.

Incorreu assim o Infractor na prática de uma infracção disciplinar p.e.p. pelo artigo 58.º n.º 1 ex vi artigo 58.º n.º 3 da Lei 27/2009, de 19 de Junho, infracção que é punível com pena de suspensão por um período de dois a oito anos.

*

Determinação da medida da pena

Considerando o modo reiterado do incumprimento, a omissão na prestação de quaisquer informações à ADoP, o facto de esta ter esclarecido, reiteradamente, que o Infractor permanecia incluído no “sistema de localização”, o Infractor actuou com dolo directo. Não obstante a sua idade, ao Infractor era exigível um comportamento diferente, cuidadoso, diligente e cooperante. Ao actuar como actuou – ainda que, alegadamente, sem intenção – o Infractor violou, de forma clara e reiterada o princípio da verdade desportiva e do combate ao *doping* para o qual se encontra, (como, aliás, todos os praticantes desportivos) convocado. Deve igualmente ser considerado, como foi, que o Infractor esteve inapto fisicamente para a prática desportiva. Contudo, o Infractor não foi excluído do grupo alvo, e dois dos incumprimentos ocorreram já decorrido o período durante o qual esteve comprovadamente inapto.

Decisão

Nos termos e com os fundamentos expostos, acordam os Membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem em condenar o atleta [REDACTED]

[REDACTED] a pena única de 2 (dois) anos de suspensão de toda a actividade desportiva.

Esta a pena mínima prevista na lei para a infracção em causa.

*

Notifique. Explicita-se que o prazo de suspensão se inicia com o trânsito em julgado desta decisão.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

*

Sem custas – 9.8 do Regulamento Disciplinar.

*

Publique-se a deliberação no *site* da internet da Federação Portuguesa de Canoagem, em cumprimento do disposto no artigo 8º /1/b do DL nº 248-B/2008, de 31.12, eliminando-se da publicação todos os dados pessoais relativos ao atleta, designadamente o nome, número de licença federativa, morada, clube que representa.

*

Remeta-se cópia para a ADoP.

*

Vila Nova de Gaia, 1 de Março de 2013

Presidente da FPC
M R 14